ATA DA 4ª (QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ADÉLIA.

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se na Sala das Sessões na Rua Angelina Matioli Bonjardim, nº 580, a Câmara Municipal de Santa Adélia em sessão ordinária. – Às vinte horas assumiu a presidência o vereador **LUIZ HENRIQUE MALAVAZZI**. – Na primeira e segunda secretaria funcionaram os vereadores **José Eduardo Aguiar** e **Luciano de Lima** – Feita a chamada averiguou-se a presença dos vereadores Altair Pavani, José Eduardo Aguiar, Leones da Silva Batista, Luciano de Lima, Luiz Fernando Cardozo Barbosa, Luiz Henrique Malavazzi, Paulo Henrique Gonçalves Junior, Roberta Regina Rodrigues e Thiago Marques. – Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou em nome de Deus aberta a sessão. – Inicialmente agradeceu a presença dos nobres vereadores, dos visitantes, dos internautas que acompanham nossos trabalhos e dos funcionários da Casa. – Em seguida convidou o senhor primeiro secretário a efetuar a leitura do **expediente** que constou do seguinte. – Leitura da ata da 3ª (terceira) sessão ordinária, que foi dispensada mediante solicitação do nobre vereador Altair Pavani, a qual colocada em discussão e votação, foi considerada **aprovada** por unanimidade. - **OFÍCIOS DO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL:** – **nº 069/2025:-** Encaminhando cópias dos Balancetes da Receita, Despesa, Financeiro e os Boletins de Caixa, referente ao mês de fevereiro de 2025, bem como cópias dos comunicados dos recursos federais recebidos, cumprindo o que determina a Lei nº 9.452 de 20 de março de 1997. – **nº 078/2025:-** Respondendo requerimento nº 012/2025, de autoria da nobre vereadora Roberta Regina Rodrigues, referente a alteração do Estatuto dos Servidores Públicos, em especial para acrescentar inciso no art. 52, permitindo que o servidor possa afastar das atividades regulares, de três a quatro dias, para realizar exames preventivos de câncer, mediante justificativa da ausência através de laudo ou atestado médico. – **nº 080/2025:-** Respondendo através do Senhor Leonardo Augusto dos Santos, Engenheiro Civil, requerimento nº 016/2025, de autoria dos nobres vereadores, Luiz Henrique Malavazzi, Luiz Fernando Cardozo Barbosa e Paulo Henrique Gonçalves Junior, referente a construção de galerias de escoamento de água pluvial na Avenida Dr. Luiz Dumont. – **nº 081/2025:-** Respondendo através da Senhora Jaqueline Lima de Aquino Galban, Requerimento verbal de autoria, do nobre vereador José Eduardo Aguiar, referente a liberação de maquinários para os serviços prestados em propriedades particulares. – **nº 082/2025: -** Respondendo através da Senhora Michele Figlioli Bueno, Secretária Municipal de Saúde

requerimento nº 013/2025, de autoria do nobre vereador Luiz Fernando Cardozo Barbosa, referente aos plantões na UBS Tereza Alves Rizo, localizada o Distrito de Botelho. – nº **083/2025**:- Respondendo através da Senhora Michele Figlioli Bueno, Secretária Municipal de Saúde, requerimento verbal de autoria do nobre vereador Paulo Henrique Gonçalves Junior, referente ao soro para picadas de escorpião . – **087/2025**:- Respondendo através da Senhora Larissa Alves de Paula Espejo, Médica veterinária, requerimento nº 014/2025, de autoria do nobre vereador Luciano de Lima, referente a criação do cargo de agente de saúde animal, bem como serviços de atendimento veterinário à população, castração, quais os critérios usados, e qual o horário de funcionamento. - Encaminhando **Projeto de Lei nº 013/2025**:- “Autoriza concessão de abono pecuniário especial a funcionários do Quadro permanente dos Servidores Públicos Municipais, e dá outras providências”. - **PROPOSIÇÕES APRESENTADAS PELOS SENHORES VEREADORES:- PROJETOS DE LEI**:- nº **014/2025**:- De Autoria do nobre vereador Paulo Henrique Gonçalves Junior – Denomina “DALTER FRANCISCO ZANELA – DALTINHO” a Central de Transporte de Urgência e Emergência Municipal que especifica. – nº **016/2025**:- De autoria dos nobre vereadores Luiz Henrique Malavazzi, José Eduardo Aguiar e Paulo Henrique Gonçalves Junior – Dispõe sobre a criação, instalação, manutenção e remoção de parklets. - **REQUERIMENTOS AO EXMO SR. PREFEITO MUNICIPAL** – De autoria do nobre vereador **Paulo Henrique Gonçalves Junior**, solicitando informações a respeito do incentivo Financeiro Adicional aos agentes comunitários de saúde e agentes de combates a endemias, conforme Decreto Federal nº 8.474/2015. – Posto em discussão o vereador Paulo Henrique Gonçalves Junior disse:- “Senhor Presidente como foi lido no requerimento, ele se trata de uma pergunta sobre o décimo quarto salário, assim como e chamado dos agentes comunitários de saúde e de agentes de combate as Endemias, do nosso município, alguns municípios faz esse repasse, feito esse repasse federal para os municípios, o município faz esse repasse como décimo quarto salário para os seus servidores, então diante dessa circunstancia de ter essa informação do executivo se foi repassado do ano de dois mil e vinte e quatro, pois esse repasse vem sempre no mês de janeiro do ano anterior, então eu gostaria de saber se há essa previsão para o devido repasse. – Gostaria de pedir o apoio dos nobres colegas para a aprovar o requerimento. – Posto em votação, foi considerado aprovado por unanimidade. – De autoria da nobre vereadora **Roberta Regina Rodrigues**:- a)- solicitando se há algum estudo para alterar o Estatuto dos Servidor Público para que os mesmos possam usufruir da licença-prêmio de noventa dias em gozo e noventa dias em pecúnia ou intercalem entre gozo e pecúnia. – Posto em discussão a vereadora Roberta

Regina Rodrigues disse:- “Senhor Presidente, nobres vereadores, como a gente já vem conversando nas sessões anteriores sobre o estatuto dos servidores públicos há de se fazer um olhar especial, visto do tempo, foi feito em 1994 e essa questão da licença prêmio, seria uma vantagem pra quem é servidor público, porem desde que não descumprem as regras dentro de cinco anos aí a gente tem o direito de três meses de licença prêmio, porém citei aí no requerimento que a estabilidade é uma vantagem para o servidor, nós não temos o F.G.T.S (Fundo de Garantia tempo Serviço) que é um direito para os trabalhadores CLT, então a oportunidade de ter a licença prêmio revertida em pecúnia, podendo vender um mês da licença prêmio, seria uma grande oportunidade para o servidor poder escolher vender um, dois ou os três meses, ou gozar os três meses, então seria uma grande oportunidade para os servidores”. – Posto em votação, foi considerado aprovado por unanimidade.

b)- Solicitando informações se há previsão para alterar o Estatuto do Servidor Público para reduzir a jornada de trabalho, sem prejuízo ao salário, aos servidores com cônjuges, filhos ou dependentes, que necessitam acompanhar seus familiares em tratamento médicos que exigem a presença do servidor. – Posto em discussão a vereadora Roberta Regina Rodrigues, fez um pequeno comentário dizendo da importância do servidor acompanhar seus filhos ou dependentes para tratamentos médicos que exige sua presença. – Posto em votação, foi considerado aprovado por unanimidade.

REQUERIMENTOS VERBAIS AO EXMO. SR. PREFEITO

MUNICIPAL:- De autoria do nobre vereador Paulo Henrique Gonçalves Junior:- a) – Solicitando as seguintes informações referente ao cuidado dos animais:- estão sendo entregues as rações para os cuidadores.? Quais atendimentos são realizados pelo médico veterinário no município.? Quais os horários dos atendimentos da veterinária.? Se é possível que seja realizado plantões para socorrer os animais aos finais de semana e feriados aqueles animais feridos que precisam ser socorridos nesses dias.? É possível a criação de um hospital ‘pet’ juntamente com o centro de recuperação e reabilitação para que os animais possam ter um local adequado pra recuperar e depois ser adotados pela população.? – Posto em discussão o Vereador Paulo Henrique Gonçalves Junior, fez um pequeno comentário a respeito dos cuidados aos animais. – Posto em votação, foi considerado aprovado por unanimidade. – b)- solicitando informações sobre as retiradas de tachões, como redutores de velocidade, e se onde foram retirados esses tachões serão implantadas as lombadas, conforme a resolução 600 do CONTRAN. – Posto em discussão os vereadores Paulo Henrique Gonçalves Junior e Luiz Henrique Malavazzi, comentaram a respeito da retirada dos tachões e da importância da reposição de lombadas, conforme a resolução do CONTRAN, nos lugares onde foram retirados os tachões – Posto em

votação, foi considerado aprovado por unanimidade. –

REQUERIMENTOS DE PESAR:- De autoria do nobre vereador Luiz Henrique Malavazzi:- a)- Solicitando que seja registrado na Ata de nossos trabalhos, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Euclides Martins Balancin, e que seja oficiada a Excelentíssima Família enlutada, comunicando a deliberação desta Edilidade. – b)- Solicitando que seja registrado na Ata de nossos trabalhos, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Antonio Marri, e que seja oficiada a Excelentíssima Família enlutada, comunicando a deliberação desta Edilidade. –

INDICAÇÕES AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL. – De autoria do nobre vereador Paulo Henrique Gonçalves Junior:- a) sugerindo a possibilidade de construir calçamento em frente ao portão principal do Cemitério Municipal, seja implantada iluminação adequada, bem como seja criada mais vagas para estacionamento de veículos. – b) – Sugerindo para que seja analisada a construção de vagas de estacionamento atrás da Igreja Matriz, garantindo a metragem correta para passagem dos pedestres, bem como a implantação de sinalização para veículos estacionarem corretamente como determina a legislação de trânsito. – c)- Sugerindo a possibilidade de implantar iluminação adequada no mini campo do complexo de lazer Adélia Novelini Aranha. – d)- Sugerindo a possibilidade da realização da troca das lâmpadas que mudam de cores na fonte localizada na Praça Adhemar de Barros. – e)- Sugerindo a possibilidade de instalação de placas que proíbam que veículos pesados estacionem ao longo da Avenida da Saudade e da Rua Claudiné Luiz Carreto. – De iniciativa da nobre vereadora Roberta Regina Rodrigues:- a)- sugerindo para que analise a possibilidade de uma vistoria técnica na Praça Nossa Senhora Aparecida para solucionar o problema com as árvores de grande porte existentes no local, substituindo-as por outras espécies de raízes não agressivas. b)- Sugerindo a possibilidade da presença de vigilantes e a fixação de placas informativas como estratégia para assegurar, além da segurança, a manutenção e o apoio aos usuários do parquinho do Jardim Formigoni, instalado na Praça José Ferranti. – De autoria do nobre edil Luiz Fernando Cardozo Barbosa:- a)- sugerindo que analise a possibilidade de implantar os serviços de fonoaudiologia no Distrito de Botelho. – b)- Sugerindo a possibilidade de realizar a pintura de faixa amarela na Praça Anuor Nahes, onde existe um ponto de ônibus utilizado diariamente por alunos. – c)- solicitando a viabilidade de tornar diário o atendimento prestado pelo serviços de psicologia no município. – d)- Sugerindo a possibilidade de instalação de um bebedouro de água na UBS Tereza Alves Rizzo, no Distrito de Botelho. – De autoria do nobre vereador Luiz Henrique Malavazzi, sugerindo a possibilidade de instalar uma lombada na Rua Vicente Silveira, localizada no Jardim Paulista. -

CORRESPONDÊNCIAS DE DIVERSAS:- **Ofício nº 052/2025:-** Do Excelentíssimo Senhor Luiz Henrique Malavazzi, presidente desta edilidade, apresentando Balancetes da Receita e Despesa desse Legislativo, correspondente ao mês de fevereiro de 2025. – **Requerimento de Congratulações nº 261/2025:-** Do Deputado Estadual Itamar Borges, parabenizando a população de Santa Adélia, pelo aniversário do Município, a ser comemorado no dia vinte e dois de março. - Encerrada a matéria do **expediente**, fizeram uso da palavra pela ordem de inscrição os vereadores, Paulo Henrique Gonçalves Junior, José Eduardo Aguiar e Roberta Regina Rodrigues. – 1º) – Paulo Henrique Gonçalves que disse:- “ Boa Note Senhor Presidente, Mesa Diretora, a todos os vereadores, funcionários da Casa e a todos que estão acompanhando a sessão de forma virtual e os que estão aqui presencialmente . – Inicialmente quero comentar sobre o Projeto de Lei de minha autoria, que denomina “Dalter Francisco Zanela – Daltinho, a Central de Transporte de Urgência e Emergência Municipal, o qual gostaria de pedir o apoio de todos os nobres edis para que possamos homenageá-lo com seu nome a referida Central de Atendimento, então gostaria de pedir novamente o apoio de todos. – Comentou também sobre o projeto de Lei de sua autoria, que não foi incluído na pauta do dia, por falta e pareceres das comissões permanentes, que dispõe sobre a premiação “EDUCADOR NOTA DEZ” aos professores da educação da rede municipal, estadual e ensino, escolas particulares e do ensino especial”. – 2º) – José Eduardo Aguiar que disse:- “Boa noite Senhor Presidente, em seu nome eu quero cumprimentar a Mesa Diretora, quero cumprimentar também todos os vereadores desta Casa, funcionários, o público presente, a família “Zanela” e parabenizar o “Paulinho” pela escolha do “Daltinho” para perpetuar o nome dele num próprio Público, homenagem justa. – Quero também, me solidarizar com a família “Balancin” falecido recentemente em nossa cidade, que foi nosso ex-prefeito municipal, uma pessoa muito importante na política municipal. - Quero também me solidarizar com a família do Sr. Antonio Marri, também falecido recentemente, que foi candidato a vereador e que por muito pouco não foi eleito, conhecia muito bem a política municipal, uma pessoa ativa e inteligente, empreendedor, não conseguiu ser vereador, mas participava com suas opiniões e discussões nas reuniões partidárias que ocorria antigamente. Senhor Presidente, quero parabenizar o Senhor Prefeito Municipal Ciro Cesar Costa, pelo Decreto de três dias de luto oficial em homenagem ao nosso querido Euclides Martins Balancin”, isso foi um reconhecimento que prova que a política também tem que solidarizar-se, tem que unir, as vezes a gente tem pensamentos diferentes, isso faz parte do processo democrático, mas o reconhecimento dele está provado através do Decreto. – Gostaria também de comentar sobre o projeto de Lei que será apresentado ainda hoje

que é sobre a criação, instalação, a manutenção e a remoção de Parklets, que na gestão passada já tinha sido apresentado, mas que havia alguns vícios, por isso foi rejeitado na ocasião que foi apresentado, agora o presidente recebeu algumas cobranças, eu também recebi e nós acabamos conversando sobre o auxílio aos comerciantes que vive da vida noturna, que tem seus bares, restaurantes e esse projeto é realmente para regulamentar, para que os comerciantes usem o meio fio, conforme está na Lei. – Fez um pequeno comentário também referente ao Projeto de Lei do Senhor Prefeito Municipal referente ao abono pecuniário especial a funcionários do Quadro permanente dos servidores públicos municipais, comentou finalmente sobre o veto do Senhor Prefeito Municipal, ao Projeto de Lei complementar nº 001/2025, de sua autoria, que acrescenta parágrafo único no artigo 58 da Lei Complementar nº 7 de 02 de agosto de 1994. – 3º)- Roberta Regina Rodrigues, que parabenizou o vereador Paulo Henrique Gonçalves Junior, pelo projeto de Lei que denomina ‘Dalter Francisco Zanela – Daltinho’, a Central de Transporte de Urgência e Emergência Municipal, uma pessoa querida na nossa cidade e que marcou a sua história, sempre será lembrado. Solidarizou com a família Marri, pela perda do Senhor Antonio Marri e pela família “Balancin”, nosso ex-Vice-Prefeito Municipal, uma pessoa de uma educação excepcional, homem inteligente que deixou sua marca aqui em nossa cidade. – Parabenizou a primeira Dama do Município e toda a sua equipe pela festa de confraternização em homenagem ao dia da mulher. – Finalmente comentou sobre seus requerimentos apresentados em sessões anteriores. – Não havendo mais nenhum vereador inscrito para fazer uso da palavra, o Senhor Presidente solicita ao Senhor secretário a efetuar a leitura da Ordem do dia que constou do seguinte:- **Leitura do PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO SOBRE O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2025, de autoria do nobre vereador José Eduardo Aguiar:- PARECER - ASSUNTO: Análise da discordância do veto ao Projeto de Lei Complementar 001/2025, em razão do não ferimento ao princípio constitucional da isonomia e do princípio da legalidade, pois não há divergência entre a norma criada e o artigo 153, § 3º, da Lei Orgânica do Município de Santa Adélia. – RELATÓRIO - De autoria do Vereador José Eduardo Aguiar, o Projeto de Lei Complementar nº 001/2025, objetiva “acrescentar o parágrafo único, no artigo 58 da Lei Complementar Nº 07, de 02 de agosto de 1994, no que se refere à não necessidade de construção de muros e calçamento em imóveis financiados para obtenção e expedição do auto de habite-se”. - Após o trâmite regimental, foi o projeto aprovado em sessão ordinária do dia 03.02.2025, sendo expedido o autógrafa de nº 001/2.025, com encaminhamento ao Sr. Prefeito. - Após análise do**

executivo, através do ofício nº 070/2025, o Sr. Prefeito, usando da faculdade que lhe confere o artigo 45, § 1º, combinado com o artigo 73, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, vetou totalmente o Projeto de Lei Complementar, o qual, nos termos regimentais e constitucionais, retornou a esta Casa de Leis para ser apreciado e analisado quanto a interposição do veto. - Nessas condições, a propositura retorna ao exame desta Casa, nos termos do que estabelece o artigo 211 e seus parágrafos do Regimento Interno. - Por força do despacho do Senhor Presidente e em cumprimento ao disposto no artigo 211 do Regimento Interno, foi o Projeto de Lei encaminhado ao exame da Comissão de Justiça e Redação, competindo-nos nesta oportunidade analisar a matéria vetada quanto ao aspecto constitucional, legal e jurídico. - **DO PARECER** - Assim, analisando as razões que levaram o Senhor Prefeito a vetar o Projeto de Lei, temos os seguintes motivos: **1º - Inconstitucionalidade - arguição de descumprimento ao princípio da isonomia, previsto no artigo 5º da Constituição Federal; 2º - Ilegalidade – Descumprimento do artigo 153, §3º da Lei Orgânica Municipal, que dispõe: “Não será permitida a existência de terrenos não murados e sem calçadas em nenhuma zona do perímetro urbano, desde que as frentes de quadras para o trecho de rua em que os mesmos estão localizados já tenham edificados, no mínimo, 70% (setenta por cento) do total de seus lotes”**. - Portanto, analisando os motivos do veto, a vedação prevista no artigo 5º da CF, não se aplica ao caso, pois o princípio da isonomia, também conhecido como princípio da igualdade, é um dos pilares fundamentais do direito e da justiça e estabelece que todas as pessoas devem ser tratadas de forma igual perante a lei, sem distinções arbitrárias. No entanto, a isonomia não significa tratar todos de maneira idêntica, mas sim garantir que as diferenças relevantes sejam consideradas para promover uma igualdade justa e equilibrada. – A famosa máxima **"tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente, na medida de sua desigualdade"** resume esse princípio de forma clara. Isso significa que, enquanto indivíduos em situações equivalentes devem receber o mesmo tratamento, aqueles em condições desiguais podem necessitar de medidas específicas para garantir a equidade. Esse entendimento fundamenta políticas como ações afirmativas e direitos diferenciados para grupos vulneráveis, visando corrigir desigualdades históricas e sociais. - No âmbito jurídico, o princípio da isonomia está previsto em diversas legislações, como na Constituição Federal do Brasil, que assegura a igualdade de todos perante a lei. Assim, a isonomia não é apenas um conceito teórico, mas um instrumento essencial para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. - Desta feita, analisando o caso posto, o parágrafo único criado visa garantir a todas as pessoas que tenham

imóvel financiado deixem de construir muros e calçamento em seus imóveis a fim de obter o habite-se e conseguir a liberação da última parcela do financiamento. Assim, os desiguais, ou seja, quem possui construção ou reforma de imóvel financiado, poderá solicitar a habite-se, mesmo sem a finalização das exigências previstas nos itens 3 e 4 do artigo 58 da LC nº 07/1994. - E, reforçando essa tese, estão as inúmeras leis municipais que concedem isenção de IPTU para aposentados, oferecem descontos para pagamentos à vista de impostos em geral, garantem a imunidade tributária a templos religiosos, entre outras disposições similares. Tais isenções e imunidades nada mais são que tratar os desiguais e forma igual, garantindo a esses privilégios em relação aos demais. - Portanto, no presente caso não há inconstitucionalidade do projeto de Lei Complementar pelas razões acima expostas. - Já em relação a ilegalidade que alicerça a segunda tese para o veto, com base no artigo 153, §3º, da LOM, a mesma não merece prosperar, pois apesar da constar no texto legal restrição expressa que imóveis deverão ter muros e calçadas, o artigo em referência dispõe que **SOMENTE** se aplica a legislação e fiscalização **EM CASOS DE LOCAIS QUE JÁ TENHAM SIDO EDIFICADOS, NO MÍNIMO, 70% (setenta por cento) DO TOTAL DE SEUS LOTES**, vejamos: - Não será permitida a existência de terrenos não murados e sem calçadas em nenhuma zona do perímetro urbano, desde que as frentes de quadras para o trecho de rua em que os mesmos estão localizados já tenham edificados, no mínimo, **70% (setenta por cento) do total de seus lotes. (grifo nosso)** - Assim, a obrigação prevista no artigo em comento não é aplicada de maneira geral, mas sim de **MODO RESTRITIVO**, ou seja, o PODER PUBLICO MUNICIPAL somente poderá exigir do proprietário do imóvel a construção do muro e calçada, **CASO O LOCAL DO BEM JÁ TENHA MAIS DE 70% DO TOTAL DE SEUS LOTES CONSTRUIDOS.** - Portanto, a ressalva do projeto de Lei Complementar que cria o **parágrafo único, no artigo 58 da LC nº 07/1994**, pode vigorar de modo concomitante a restrição do artigo 153, § 3º, da LOM, pois competirá ao setor responsável pela expedição do habite-se, verificar se aquela construção sem calçada e muros está inserida em loteamento em que MAIS DE 70% dos lotes já se encontram edificados, podendo assim, EMITIR OU DEIXAR DE EMITIR o habite-se com base no artigo 153, § 3º da LOM. – **CONCLUSÃO** - Diante do exposto, não há ilegalidade do projeto de Lei Complementar nº 001/2025, pelas razões acima expostas. - Logo, à luz das normas legais incidentes ao caso, depreende-se que o projeto sob exame não fere princípios constitucionais e legais, e face ao exposto, nos aspectos que compete a essa comissão analisar, nos manifestamos **FAVORÁVEIS** à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 001/2025, e, por consequência, **CONTRÁRIOS** ao veto

total oposto à propositura. - Sala das Comissões, em 28 de fevereiro de 2025.

– **VEREADORES Luciano de Lima** Presidente/Relator da Comissão - **Thiago Marques** Vice presidente da Comissão **José Eduardo Aguiar** Membro. – Após a leitura do parecer da Comissão de Finanças e orçamento a **REJEIÇÃO DO VETO DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL**, o Senhor Presidente disse:- Diante do parecer da Comissão de Finanças e Orçamento e passo o **VETO ao Projeto de Lei Complementar nº 001/2025**, para a ordem do Dia e o coloco em discussão, não havendo ninguém se manifestado o Senhor Presidente disse:- “nos termos do art. 211,§ 7º do Regimento Interno, para a rejeição do veto é necessário o voto da “**maioria absoluta**”, e a votação será secreta. – Desta forma, convido os senhores vereadores, pela ordem de chamada a procederem á votação em cédulas que lhes serão fornecidas por esta Presidência, as quais após a votação deverá ser colocada em envelope que se encontra na cabine de votação, em seguida depositado em urna que se encontra na Mesa desta Presidência. Após a votação o Senhor Presidente convida os nobres edis, **Leones da Silva Batista** e **Roberta Regina Rodrigues**, para acompanhar o escrutínio dos votos. – Após o escrutínio verificou-se 6(seis) votos contrários ao veto e 2(dois) votos favoráveis ao veto, não alcançando pois o quórum legal. – Desta forma o Senhor Presidente **Declara Rejeitado o Veto, ficando aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 001/2025, procedendo-se de acordo com o art. 45, § 6º da Lei Orgânica do Município**. – Prosseguindo o Senhor Presidente disse:- Passaremos agora a apreciação dos seguintes Projetos:- **Projeto de Lei nº 013/2025**:- Do Senhor Prefeito Municipal - Autoriza a concessão de abono pecuniário Especial a Funcionários do Quadro Permanente dos Servidores Públicos Municipais, e dá outras providências, com pareceres favoráveis das comissões competentes. – Posto em discussão o vereador **Paulo Henrique Gonçalves Junior**, fez um pequeno comentário referente a importância do abono aos funcionários que trabalharem fora de sua jornada regular de serviço ou em dias que correspondam a feriados, ponto facultativo, sábado ou domingos. - Posto em votação o Senhor Presidente comunica que a votação será nominal já que a presente proposição está sujeita ao quórum da “maioria absoluta” para o seu acolhimento e que será efetuada a chamada dos senhores vereadores, os que estiverem de acordo respondam “**SIM**” e os contrários respondam “**NÃO**” – Após a chamada todos responderam “**SIM**” ficando em consequência **APROVADO** por unanimidade em única discussão o referido projeto de Lei. – **Projeto de Lei nº 014/2025**:- De autoria do nobre vereador **Paulo Henrique Gonçalves Junior** – Denomina “**Dalter Francisco Zanela – Daltinho**” a Central de Transporte de Urgência e Emergência Municipal, que especifica, com pareceres favoráveis das comissões

competentes. – Posto em discussão o vereador Paulo Henrique Gonçalves Junior, comentou a respeito do homenageado. – Posto em votação o Senhor Presidente comunica que a votação será nominal já que a presente proposição está sujeita ao quórum da “maioria de dois terços” para o seu acolhimento e que será efetuada a chamada dos senhores vereadores, os que estiverem de acordo respondam “SIM” e os contrários respondam “NÃO” – Após a chamada todos responderam “SIM” ficando em consequência **APROVADO** por unanimidade em única discussão o referido projeto de Lei. – **Projeto de Lei nº 016/2025**:- De autoria dos nobres vereadores, José Henrique Malavazzi, José Eduardo Aguiar e Paulo Henrique Gonçalves Junior – Dispõe sobre a Criação, Instalação, a Manutenção e a Remoção de Parklets, com pareceres favoráveis das comissões competentes e não havendo nenhum vereador se manifestado o Senhor Presidente coloca o referido projeto em votação, que foi considerado aprovado por unanimidade em única discussão. – Encerrada a matéria da **ORDEM DO DIA**, o Senhor Presidente comunica a todos, que a próxima sessão ordinária será no dia sete de março, as vinte horas. - Nada mais havendo a tratar agradeceu a presença dos nobres vereadores, dos visitantes, dos internautas que acompanham nossos trabalhos, dos funcionários da Casa, dando a seguir em nome de Deus por encerrada a presente sessão, desejando a todos uma boa noite – E para constar, eu, **JOSÉ EDUARDO AGUIAR**, primeiro secretário da Mesa da Câmara Municipal, lavrei a presente **Ata** que conforme o disposto na Resolução nº 03 de 07/10/2013 (ATA ELETRÔNICA) a gravação encontra-se arquivada no sistema de gerenciamento da secretaria da Câmara Municipal, e após lida e **aprovada** é assinada.

Vereador **LUIZ HENRIQUE MALAVAZZI**
Presidente da Câmara

Vereador **JOSÉ EDUARDO AGUIAR**
1º Secretário

Vereador **LUCIANO DE LIMA**
2º Secretário

**PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO SOBRE O VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI
COMPLEMENTAR Nº 001/2025.**

ASSUNTO: Análise da discordância do veto ao Projeto de Lei Complementar 001/2025, em razão do não ferimento ao princípio constitucional da isonomia e do princípio da legalidade, pois não há divergência entre a norma criada e o artigo 153, § 3º, da Lei Orgânica do Município de Santa Adélia.

RELATÓRIO

De autoria do Vereador José Eduardo Aguiar, o Projeto de Lei Complementar nº 001/2025, objetiva “acrescentar o parágrafo único, no artigo 58 da Lei Complementar Nº 07, de 02 de agosto de 1994, no que se refere à não necessidade de construção de muros e calçamento em imóveis financiados para obtenção e expedição do auto de habite-se”.

Após o trâmite regimental, foi o projeto aprovado em sessão ordinária do dia 03.02.2025, sendo expedido o autógrafo de nº 001/2.025, com encaminhamento ao Sr. Prefeito.

Após análise do executivo, através do ofício nº 070/2025, o Sr. Prefeito, usando da faculdade que lhe confere o artigo 45, § 1º, combinado com o artigo 73, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, vetou totalmente o Projeto de Lei Complementar, o qual, nos termos regimentais e constitucionais, retornou a esta Casa de Leis para ser apreciado e analisado quanto a interposição do veto.

Nessas condições, a propositura retorna ao exame desta Casa, nos termos do que estabelece o artigo 211 e seus parágrafos do Regimento Interno.

Por força do despacho do Senhor Presidente e em cumprimento ao disposto no artigo 211 do Regimento Interno, foi o Projeto de Lei encaminhado ao exame da Comissão de Justiça e Redação, competindo-nos nesta oportunidade analisar a matéria vetada quanto ao aspecto constitucional, legal e jurídico.

DO PARECER

Assim, analisando as razões que levaram o Senhor Prefeito a vetar o Projeto de Lei, temos os seguintes motivos: **1º - Inconstitucionalidade - arguição de descumprimento ao princípio da isonomia, previsto no artigo 5º da Constituição Federal; 2º - Ilegalidade – Descumprimento do artigo 153, §3º da Lei Orgânica Municipal, que dispõe: “Não será permitida a existência de terrenos não murados e sem**

calçadas em nenhuma zona do perímetro urbano, desde que as frentes de quadras para o trecho de rua em que os mesmos estão localizados já tenham edificados, no mínimo, 70% (setenta por cento) do total de seus lotes”.

Portanto, analisando os motivos do veto, a vedação prevista no artigo 5º da CF, não se aplica ao caso, pois o princípio da isonomia, também conhecido como princípio da igualdade, é um dos pilares fundamentais do direito e da justiça e estabelece que todas as pessoas devem ser tratadas de forma igual perante a lei, sem distinções arbitrárias. No entanto, a isonomia não significa tratar todos de maneira idêntica, mas sim garantir que as diferenças relevantes sejam consideradas para promover uma igualdade justa e equilibrada.

A famosa máxima "**tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente, na medida de sua desigualdade**" resume esse princípio de forma clara. Isso significa que, enquanto indivíduos em situações equivalentes devem receber o mesmo tratamento, aqueles em condições desiguais podem necessitar de medidas específicas para garantir a equidade. Esse entendimento fundamenta políticas como ações afirmativas e direitos diferenciados para grupos vulneráveis, visando corrigir desigualdades históricas e sociais.

No âmbito jurídico, o princípio da isonomia está previsto em diversas legislações, como na Constituição Federal do Brasil, que assegura a igualdade de todos perante a lei. Assim, a isonomia não é apenas um conceito teórico, mas um instrumento essencial para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Desta feita, analisando o caso posto, o parágrafo único criado visa garantir a todas as pessoas que tenham imóvel financiado deixem de

construir muros e calçamento em seus imóveis a fim de obter o habite-se e conseguir a liberação da última parcela do financiamento. Assim, os desiguais, ou seja, quem possui construção ou reforma de imóvel financiado, poderá solicitar a habite-se, mesmo sem a finalização das exigências previstas nos itens 3 e 4 do artigo 58 da LC nº 07/1994.

E, reforçando essa tese, estão as inúmeras leis municipais que concedem isenção de IPTU para aposentados, oferecem descontos para pagamentos à vista de impostos em geral, garantem a imunidade tributária a templos religiosos, entre outras disposições similares. Tais isenções e imunidades nada mais são que tratar os desiguais e forma igual, garantindo a esses privilégios em relação aos demais.

Portanto, no presente caso não há inconstitucionalidade do projeto de Lei Complementar pelas razões acima expostas.

Já em relação a ilegalidade que alicerça a segunda tese para o veto, com base no artigo 153, §3º, da LOM, a mesma não merece prosperar, pois apesar da constar no texto legal restrição expressa que imóveis deverão ter muros e calçadas, o artigo em referência dispõe que **SOMENTE** se aplica a legislação e fiscalização **EM CASOS DE LOCAIS QUE JÁ TENHAM SIDO EDIFICADOS, NO MÍNIMO, 70% (setenta por cento) DO TOTAL DE SEUS LOTES**, vejamos:

Não será permitida a existência de terrenos não murados e sem calçadas em nenhuma zona do perímetro urbano, desde que as frentes de quadras para o trecho de rua em que os mesmos estão localizados já tenham edificados, no mínimo, **70% (setenta por cento) do total de seus lotes. (grifo nosso)**

Assim, a obrigação prevista no artigo em comento não é aplicada de maneira geral, mas sim de **MODO RESTRITIVO**, ou seja, o PODER PÚBLICO MUNICIPAL somente poderá exigir do proprietário do

imóvel a construção do muro e calçada, **CASO O LOCAL DO BEM JÁ TENHA MAIS DE 70% DO TOTAL DE SEUS LOTES CONSTRUÍDOS.**

Portanto, a **ressalva** do projeto de Lei Complementar que cria o **parágrafo único, no artigo 58 da LC nº 07/1994**, pode vigorar de modo concomitante a restrição do artigo 153, § 3º, da LOM, pois competirá ao setor responsável pela expedição do habite-se, **verificar se aquela construção sem calçada e muros está inserida em loteamento em que MAIS DE 70% dos lotes já se encontram edificados**, podendo assim, EMITIR OU DEIXAR DE EMITIR o habite-se com base no artigo 153, § 3º da LOM.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, não há ilegalidade do projeto de Lei Complementar nº 001/2025, pelas razões acima expostas.

Logo, à luz das normas legais incidentes ao caso, depreende-se que o projeto sob exame não fere princípios constitucionais e legais, e face ao exposto, nos aspectos que compete a essa comissão analisar, nos manifestamos **FAVORÁVEIS** à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 001/2025, e, por consequência, **CONTRÁRIOS** ao veto total oposto à propositura.

Sala das Comissões, em 28 de fevereiro de 2025.

VEREADORES

Luciano de Lima
Presidente/Relator da Comissão

Thiago Marques
Vice presidente da Comissão

José Eduardo Aguiar
Membro